

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório de Controle Interno, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários a sua composição.

Neste relatório faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2015, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

2. DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A Lei Orçamentária Anual – LEI Nº 10.183, 22 de dezembro de 2014 autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 291.205.572,00 (duzentos e noventa e um milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais) e por abertura de crédito adicional alterou esse montante para R\$ 397.381.255,59 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Os créditos suplementares em favor da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP – e com os artigos 40 a 46 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, foram autorizados pelos seguintes atos legais:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

Ato Legal	Data da Publicação	Valor	Fonte de Recurso
ATO Nº 042/2015	29/01/15	R\$ 36.433.334,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 043/2015	29/01/15	R\$ 8.800.000,00	Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado
DECRETO Nº 30.693	01/04/15	R\$ 13.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 156/2015	10/04/15	R\$ 3.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 30.755	07/05/15	R\$ 169.100,00	Suplementação para Celebração de Convênio
DECRETO Nº 30.756	07/05/15	R\$ 5.850.061,59	Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado
DECRETO Nº 31.156	29/09/15	R\$ 7.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 444/2015	29/09/15	R\$ 5.836.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 31.205	20/10/15	R\$ 25.210.522,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 492/2015	28/10/15	R\$ 5.064.942,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 508/2015	13/11/15	R\$ 377.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 509/2015	16/11/15	R\$ 1.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 31.332	18/11/15	R\$ 19.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 31.411	17/12/15	R\$ 9.022.357,00	Excesso de Arrecadação
DECRETO Nº 31.411	17/12/15	R\$ 2.014.208,00	Excesso de Arrecadação
DECRETO Nº 31.411	17/12/15	R\$ 372.968,00	Excesso de Arrecadação
DECRETO Nº 31.418	18/12/15	R\$ 20.220.467,00	Excesso de Arrecadação
DECRETO Nº 31.418	18/12/15	R\$ 350.000,00	Excesso de Arrecadação
DECRETO Nº 31.418	18/12/15	R\$ 3.966.000,00	Excesso de Arrecadação
PORTARIA Nº 9.937/2015 GPGJ	28/12/15	R\$ 2.318.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
TOTAL		R\$ 169.004.959,59	

Fonte: Relação de Créditos Adicionais apresentado no item 2.16.00 da prestação de contas.

Cabe ressaltar que as alterações orçamentárias por anulação de despesa do próprio Órgão estão em conformidade com o art. 39, § 1º, inciso II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 10.132, de 04 de agosto de 2014.

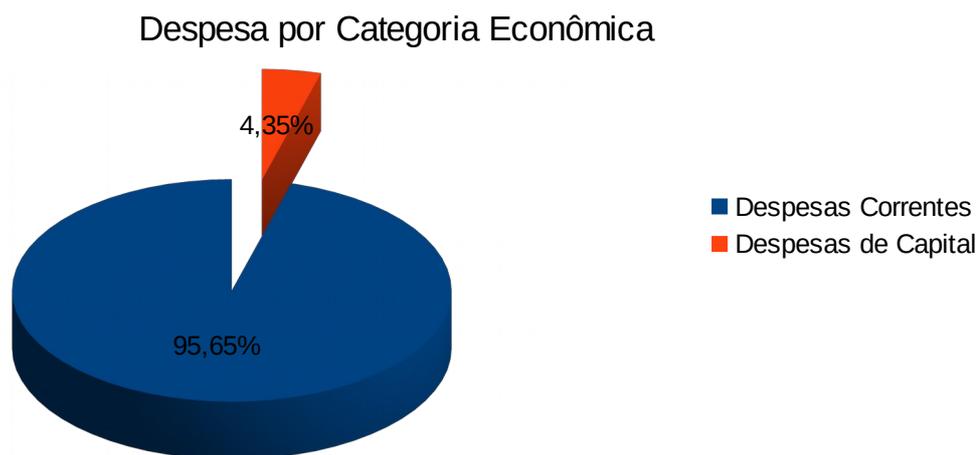
3. DAS DESPESAS

A despesa autorizada para a Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2015, foi desdobrada em categorias econômicas conforme quadro a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA AUTORIZADA
Despesas Correntes	380.095.222,59
Despesas de Capital	17.286.033,00
Total	397.381.255,59

Fonte: Balancete apresentado no item 2.11.00 da prestação de contas e Demonstrativo da Classificação da Despesa quanto à sua Natureza apresentado no item 2.13.00 da prestação de contas.

Em termos percentuais, do orçamento autorizado fora fixado 95,65% para as despesas correntes e os 4,35% restantes para despesas de capital, conforme gráfico abaixo:



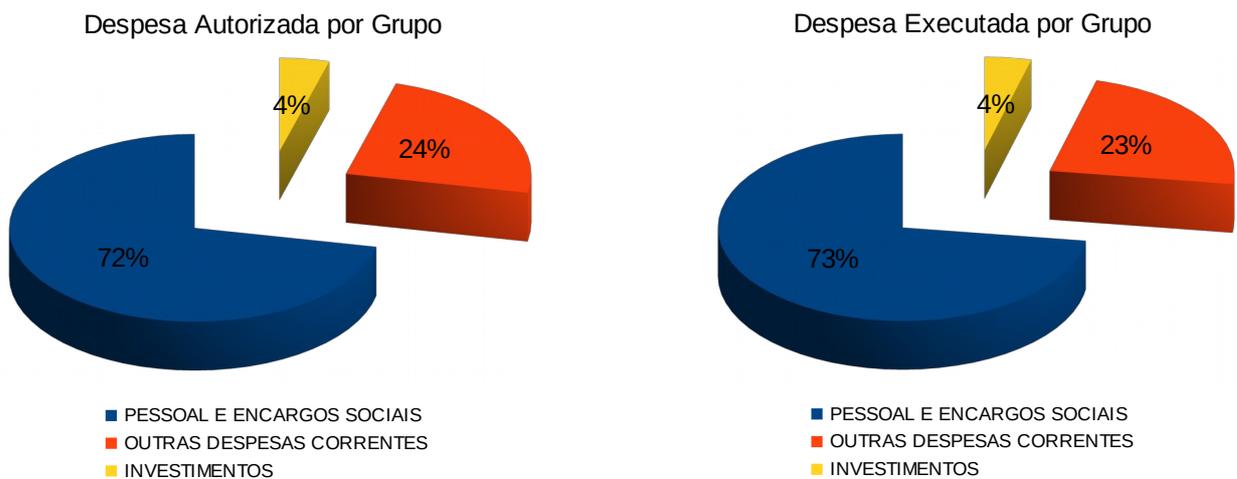
Por grupo de despesas, o orçamento autorizado foi assim desdobrado e executado:

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

GRUPO DE DESPESA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	285.156.522,00	285.020.824,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.938.700,59	90.777.971,61
INVESTIMENTOS	17.286.033,00	16.003.728,14
TOTAL	397.381.255,59	391.802.524,12

Fonte: Relatório de Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo2 apresentado no item 2.13.00 da prestação de contas.

Em termos percentuais e por grupo de despesa, o orçamento foi assim autorizado e executado:



Desdobrando os grupos de despesas em elementos, a Procuradoria-Geral de Justiça teve sua despesa executada conforme apresentação a seguir.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

GRUPO DE DESPESA / ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	285.020.824,37
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	26.862.806,19
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	222.943.032,63
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.318.585,88
16 – AJUDA DE CUSTO	18.750,00
91 - SENTENÇA JUDICIAL	18.143.565,04
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	703.737,86
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.556.589,25
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	473.757,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.777.971,61
08 – AUXÍLIO MORADIA	15.898.137,07
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.276.406,27
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.392.487,83
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	435.517,43
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.956.653,95
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.947.028,64
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19.196.187,01
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.245.960,58
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	62.256,51
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.367.336,32
INVESTIMENTOS	16.003.728,14
51 - OBRAS E INSTALACOES	12.144.397,37
52 - MATERIAL PERMANENTE	3.699.330,77
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	160.000,00
TOTAL	391.802.524,12

Fonte: Demonstrativo da classificação da despesa quanto à sua natureza, dezembro/2015, apresentado no item 2.13.00 da prestação de contas.

3.1 DAS DESPESAS POR ADIANTAMENTO DE RECURSOS

Do orçamento autorizado temos o montante de R\$ 406.638,89 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos) referente a despesas realizadas por meio de adiantamento com base no Ato Regulamentar nº04/2013-GPGJ.

“2016 – O Ministério Público em movimento: reavaliando e transformando ações”

Rua Oswaldo Cruz, nº 1.396, Centro, São Luís/Ma, CEP: 65.020-910.
Telefone (98) 3219-1692/1755/1774. Email: controle_interno@mpma.mp.br



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

Desse montante, R\$ 47.020,00 (quarenta e sete mil e vinte reais) estão registrados no Balanço Patrimonial em virtude da não apresentação da correspondente prestação de contas ou da apresentação de prestação de contas com pendências não sanadas até o final do exercício. Deste total, há um valor de R\$ 3.000,00 correspondente a não aprovação de contas de recursos recebidos a título de adiantamento em exercício anterior ao em análise, cujo fato já ensejou abertura de Tomada de Conta Especial, conforme Processo Administrativo nº 9544AD/2013, já encaminhado para o Tribunal de Contas Estadual e recepcionado com o número 9674/2014, conforme protocolo nº 0148/192014096745404 do dia 19/08/2014. Os responsáveis por esses recursos estão abaixo discriminados.

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	\$
ADRIANO ALVES ALMEIDA	R\$ 1.000,00
ALESSANDRA DARUB ALVES AGUIAR	R\$ 1.000,00
ALINE SILVA ALBUQUERQUE	R\$ 3.000,00
ANA CLAUDIA C DOS ANJOS	R\$ 3.000,00
ANDRE CHARLES ALCANTARA MARTINS	R\$ 3.000,00
ANTONIO REGINALDO FERNANDES FARI	R\$ 1.000,00
ARIANO TERCIO SILVA DE AGUIAR	R\$ 1.000,00
CARLOS AUGUSTO SOARES	R\$ 1.620,00
CRYSTIAN GONZALEZ BOUCINHAS	R\$ 3.000,00
DIEGO ABREU MENDONÇA	R\$ 3.000,00
EDUARDO ANDRE DE AGUIAR LOPES	R\$ 1.000,00
FERNANDO ANTONIO BERNIZ ARAGAO	R\$ 3.000,00
FLAVIA VALERIA NAVA S MATOS	R\$ 2.300,00
GUARACY MARTINS FIGUEIREDO	R\$ 3.000,00
HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO	R\$ 1.000,00
JOÃO JOSE E SILVA VERAS	R\$ 500,00
KARINA FREITAS CHAVES	R\$ 2.000,00
LAURA AMELIA BARBOSA	R\$ 1.000,00
MARCIO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	R\$ 1.000,00
NAZILDA ALVES AIRES	R\$ 1.600,00
PAULO ROBERTO DA COSTA CASTILHO	R\$ 1.000,00
RENATO MADEIRA REIS	R\$ 1.000,00
RONALD SILVA PEREIRA	R\$ 3.000,00
SAULO JERONIMO LEITE BARBOSA DE	R\$ 1.000,00
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	R\$ 3.000,00
THIAGO DE OLIVEIRA COSTA PIRES	R\$ 1.000,00
TOTAL	47.020,00

Fonte: SIAFEM e Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos apresentado no item 2.17.00 da prestação de contas.

Cabe informar que os diversos responsáveis acima listados que ainda não tiveram suas prestações de contas aprovadas, em 2015, foram devidamente notificados a interpor recursos ou a devolver a quantia recebida a título de adiantamento.

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

Atualizamos os adiantamentos pendentes na data da elaboração deste relatório e verificamos que, do total acima, restam R\$ 11.120,00 (onze mil, cento e vinte reais) a serem regularizados, conforme segue abaixo:

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	\$
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	R\$ 3.000,00
ARIANO TERCIO SILVA DE AGUIAR	R\$ 1.000,00
SAULO JERONIMO LEITE BARBOSA DE	R\$ 1.000,00
CARLOS AUGUSTO SOARES	R\$ 1.620,00
JOÃO JOSE E SILVA VERAS	R\$ 500,00
DIEGO ABREU MENDONÇA	R\$ 3.000,00
EDUARDO ANDRE DE AGUIAR LOPES	R\$ 1.000,00
TOTAL	11.120,00

Fonte: SIAFEM

Com a edição do Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ tornou-se possível a aquisição de material permanente, em casos excepcionais, devidamente reconhecidos e autorizados formalmente pelo Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, até o valor limite de cada despesa de pequeno vulto, estipulado pela Portaria nº 0417/2013-GPGJ em R\$ 400,00.

Do orçamento executado por meio de adiantamento, o valor de R\$ 903,00 (novecentos e três reais) refere-se a aquisições de material permanente, registrados na conta contábil 3.4.4.90.52.19 e especificados, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOMBO	VALOR DO BEM	LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA
1	BOMBA SUBMERSA.	54541	R\$ 313,00	Lei 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ - (PA 10324AD/2015)
2	BOMBA SUBMERSA.	55343	R\$ 400,00	Lei 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ - (PA 1265AD/2015)
3	BOMBA SUBMERSA.	55344	R\$ 190,00	Lei 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ - (PA 867AD/2015)
TOTAL			R\$ 903,00	

Fonte: Coordenadoria de Administração, Relação de bens adquiridos por adiantamento apresentada no item 2.26.00 da prestação de contas

3.2 DAS DESPESAS COM PESSOAL

Conforme já demonstrado neste relatório, as despesas com pessoal e encargos sociais ao longo do exercício de 2015 totalizaram R\$ 285.020.824,37 (duzentos e oitenta e cinco milhões, e vinte mil duzentos e oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).

Após deduções legais, a despesa de pessoal líquida e seu correspondente percentual em relação à receita corrente líquida assim se apresentou nos três quadrimestres de 2015:

QUADRIMESTRE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA COM PESSOAL
1º	195.578.240,08	10.428.277.613,93	1,88
2º	193.574.686,71	10.443.675.172,86	1,85
3º	196.633.618,27	10.703.905.837,92	1,84

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal apresentados no item 2.35.00 da prestação de contas.

Verifica-se pela leitura do quadro acima o cumprimento do limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, “b” e art. 59, §1º, II da Lei Complementar nº 101/2000.

4. DAS RECEITAS

Nota explicativa do Balanço Orçamentário esclarece que a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015, não contempla previsão de receita, apenas fixa despesas para o exercício, e que os valores relativos à previsão de receita são, na verdade, repetições dos valores fixados para a despesa.

Quanto à execução da receita, também em nota explicativa, se esclarece que os valores que a constituem são, na verdade, o total de Transferências Financeiras Recebidas constantes no Balanço Financeiro, adicionados ao valor do superávit financeiro do referido

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

fundo apurado no exercício financeiro de 2014. Essa receita totalizou, ao final do exercício financeiro de 2015, R\$ 377.150.506,92 (trezentos e setenta e sete milhões, cento e cinquenta mil, quinhentos e seis reais e noventa e dois centavos).

No Balanço Orçamentário, onde por determinação do MCASP e do artigo 102, da Lei 4.320/64, são demonstradas as receitas previstas e despesas fixadas, foi também evidenciado um déficit orçamentário, no valor de R\$ 14.652.017,20 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e vinte centavos), decorrente da diferença entre a receita realizada e a despesa executada, conforme apuração a seguir:

Apuração do Resultado Orçamentário	
1. Receitas Realizadas	377.150.506,92
2. Despesas Executadas	391.802.524,12
Resultado Orçamentário (1-2)	(14.652.017,20)

Fonte: Balanço Orçamentário apresentado no item 2.05.00 da prestação de contas.

5. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2015, estão demonstradas, por determinação do MCASP e da Lei 4.320/64, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Fora evidenciado nessa peça contábil um resultado patrimonial de R\$ 7.700.353,19 (sete milhões, setecentos mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), resultante da diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas.

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	380.225.789,78
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	376.399.656,27
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINC. PASSIVOS	723.399,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.102.734,02
2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	372.525.436,59
PESSOAL E ENCARGOS	296.940.587,52
USO DE BENS, SERV E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	46.852.343,12
DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO	23.346,87
TRIBUTÁRIAS	26.286.591,01
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.422.568,07
3. RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	7.700.353,19

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Dezembro 13., apresentada no item 2.07.00 da prestação de contas.

Em se tratando de bens de capital, as aquisições e incorporações no exercício de 2015 somaram R\$ 10.205.936,62 (dez milhões, duzentos e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), assim discriminadas:

AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
BENS MÓVEIS	4.009.350,26
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	3.259.524,25
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.683,00
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	748.143,01
BENS IMÓVEIS	6.196.586,36
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	1.097.375,42
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	5.099.210,94
TOTAL	10.205.936,62

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas), Balancete da Unidade Gestora, Inventário de Bens Imóveis (item 2.23.00 da prestação de contas), SIAGEM (Resumo do inventário físico-financeiro de bens móveis, item 2.24.00 da prestação de contas), Relação Físico-Financeiro dos bens móveis e imóveis (itens 2.26.00 e 2.27.00 da prestação de contas).

No exercício de 2015, o decréscimo patrimonial de bens móveis totalizou R\$ 1.183.709,53 (um milhão, cento e oitenta e três mil, setecentos e nove reais e cinquenta e três centavos) decorrente de doações, baixa por não existência, inservibilidade e leilão, conforme quadro a seguir:

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	
DOAÇÕES	752.212,66
NÃO EXISTÊNCIA	3.190,00
INSERVIBILIDADE	23.346,87
LEILÃO	404.960,00
TOTAL	1.183.709,53

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas) e Relação de bens baixados, elaborado pela Coordenadoria de Administração (item 2.26.00 da prestação de contas).

Confrontando as aquisições, as incorporações e os decréscimos de bens de capital, esta foi a movimentação patrimonial no exercício de 2015:

MOVIMENTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
SALDO EM 31/12/2014	88.440.169,16
BENS MÓVEIS	2.825.640,73
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	3.259.524,25
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.683,00
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	748.143,01
(-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.183.709,53
BENS IMÓVEIS	6.196.586,36
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	1.097.375,42
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	5.099.210,94
SALDO EM 31/12/2015	97.462.396,25

Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas), Balancete da Unidade Gestora, Inventário de Bens Imóveis (item 2.23.00 da prestação de contas), SIAGEM (Resumo do inventário físico-financeiro de bens móveis, item 2.24.00 da prestação de contas), Relação Físico-Financeiro dos bens móveis e imóveis (itens 2.26.00 e 2.27.00 da prestação de contas) e Relação de bens baixados (item 2.26.00 da prestação de contas).

Já no tocante aos bens de consumo, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o exercício de 2015 com um estoque de 1.260.510,27 (um milhão, duzentos e sessenta mil quinhentos e dez reais e vinte e sete centavos) e encerrou com um saldo de R\$ R\$ 2.465.525,71 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco e setenta e um centavos), conforme movimentação a seguir:

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES	
SALDO EM 31.12.2014	1.260.510,27
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	1.511.042,10
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	904.020,08
(-) BAIXA POR REQUISIÇÃO	1.210.046,74
SALDO EM 31.12.2015	2.465.525,71

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, Balancete da Unidade Gestora e SIAGEM (Inventário Físico-Financeiro do Almoxarifado, item 2.25.00 da prestação de contas).

Ainda, analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais do período verifica-se houve uma Desincorporação de Passivo, decorrente de cancelamento de restos a pagar, no montante de R\$ 723.399,49 (setecentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), resultante da diferença entre R\$ 5.439.968,67 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) inscritos no final de 2014 e R\$ 4.716.569,18 (quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) pagos no exercício de 2015.

Ao final do exercício financeiro a Procuradoria-Geral de Justiça apresentou, conforme Balanço Patrimonial, disponibilidade de caixa no montante de R\$ 13.336.647,25 (treze milhões, trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos). Já a inscrição de Restos a Pagar foi no valor de R\$ 17.259.928,63 (dezessete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos) para os não processados e R\$ 201.138,49 (duzentos e um mil, cento e trinta e oito reais e quatrocentos e nove centavos) para os processados.

Cabe destacar ainda que temos sob nossa responsabilidade cartas fiança e seguros garantia no montante de R\$ 13.195.007,66 (treze milhões, cento e noventa e cinco mil e sete reais e sessenta e seis centavos).

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

6. DO FINANCEIRO

A Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o exercício financeiro com disponibilidade de caixa de R\$ 11.290.030,26 (onze milhões, duzentos e noventa mil, e trinta reais e vinte e seis centavos).

Durante o exercício, as entradas e saída de recursos se comportaram, conforme fluxo a seguir:

FLUXO FINANCEIRO	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2014	11.290.030,26
(+) TRANSFERENCIA FINANCEIRAS RECEBIDAS	371.300.445,33
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	374.341.457,00
(-) PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	4.716.569,18
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2015 (excluindo depósito de terceiros)	3.532.449,41
(+) DEPÓSITO DE TERCEIROS/ CONSIGNAÇÃO	9.804.197,84
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2015	13.336.647,25

Fonte: Balanço Financeiro apresentado no item 2.06.00 da prestação de contas, Balancete da Unidade Gestora, dezembro/2015 apresentado no item 2.11.00 da prestação de contas e Extratos Bancários apresentados no item 2.20.00 da prestação de contas.

As disponibilidades de caixa da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme quadro a seguir, foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/POUPANÇA	SALDO SIAFEM EM 31.12.2015	SALDO BANCÁRIO EM 31.12.2015
BANCO DO BRASIL	38466	159427-3	13.163.251,08	13.163.251,08
BANCO DO BRASIL	38466	5229-9	93.361,11	93.361,11
BANCO DO BRASIL	38466	7947-2	57.198,24	57.198,24
BANCO DO BRASIL	38466	8080-2	22.690,52	22.690,52
BANCO BRADESCO	1152	80119-4	146,30	146,30
TOTAL			13.336.647,25	13.336.647,25

Fonte: Balancete da Unidade Gestora, dezembro/2015 apresentado no item 2.11.00 da prestação de contas, Saldo das contas bancárias por conta corrente apresentado no item 2.12.00 da prestação de contas e Conciliações bancárias apresentadas no item 2.20.00 da prestação de contas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

7. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 9.553 de 17 de janeiro de 2012, conforme demonstrado a seguir, contemplou a Procuradoria-Geral de Justiça, Unidade Gestora 070101, com 02 (dois) programas de trabalho, executados por 07 (sete) ações, conforme apresentado a seguir.



PLANO PLURIANUAL 2012-2015

EXERCÍCIO: 2015 P.1
01/04/2016 9:08:18
ID: 1598

ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO ÓRGÃO SETORIAL

região: TODAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROGRAMA / AÇÃO / PL / RUBRICA	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA			VALOR (R\$ 1,00)								
			PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT. INICIAL	DOT. ATUAL (A)	EMPENHADO (B)	SALDO (A-B)	%(B/A)	LIQUIDADADO (C)	%(C/A)	PAGO (D)	%(D/A)
07101 - Procuradoria Geral da Justiça						291.205.572,00	397.381.255,59	391.802.524,12	5.578.731,47	98,6	374.542.595,49	94,3	374.341.457,00	94,2
0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça						80.835.087,00	104.517.248,59	99.677.960,38	4.839.288,21	95,4	83.698.871,52	80,1	83.694.323,20	80,1
2963 - Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	79.735.087,00	89.677.248,59	86.040.618,78	3.636.629,81	95,9	81.892.370,66	91,3	81.887.822,34	91,3
3037 - Construção da Sede Própria do Ministério Público	prédio construído e aparelhado	unidade	0	0	0,0	100.000,00	13.840.000,00	12.902.829,52	937.170,48	93,2	1.090.752,38	7,9	1.090.752,38	7,9
4426 - Desenvolvimento Institucional	Pessoa capacitada	unidade	0	1.114	0,0	1.000.000,00	1.000.000,00	734.512,08	265.487,92	73,5	715.748,48	71,6	715.748,48	71,6
0411 - Apoio Administrativo						210.370.485,00	292.864.007,00	292.124.563,74	739.443,26	99,7	290.843.723,97	99,3	290.647.133,80	99,2
0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	23.760.000,00	26.972.208,00	26.862.806,19	109.401,81	99,6	26.862.806,19	99,6	26.862.806,19	99,6
0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	5.940.000,00	6.341.910,00	6.318.585,88	23.324,12	99,6	6.318.585,88	99,6	6.318.585,88	99,6
4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Medido pela Despesa	unidade	0	0	0,0	168.300.000,00	251.842.404,00	251.839.432,30	2.971,70	100,0	251.839.432,30	100,0	251.836.842,13	100,0
4683 - Gestão de Informática	Medido pela Despesa	unidade	0	0	0,0	12.370.485,00	7.707.485,00	7.103.739,37	603.745,63	92,2	5.822.899,60	75,5	5.628.899,60	73,0
07901 - Fundo Especial do Ministério Público Estadual						3.000.000,00	9.599.811,95	9.599.811,95	0,00	100,0	983.356,14	10,2	983.356,14	10,2
0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça						3.000.000,00	9.599.811,95	9.599.811,95	0,00	100,0	983.356,14	10,2	983.356,14	10,2
3038 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades do Ministério Público	Unidade construída/reformada	unidade	0	0	0,0	3.000.000,00	9.599.811,95	9.599.811,95	0,00	100,0	983.356,14	10,2	983.356,14	10,2
TOTAL						294.205.572,00	406.981.067,54	401.402.336,07	5.578.731,47	98,6	375.525.951,63	92,3	375.324.813,14	92,3

Fonte: SISPCA

“2016 – O Ministério Público em movimento: reavaliando e transformando ações”

Rua Oswaldo Cruz, nº 1.396, Centro, São Luís/Ma, CEP: 65.020-910.
Telefone (98) 3219-1692/1755/1774. Email: controle_interno@mpma.mp.br

Da figura apresentada, verifica-se que a Procuradoria-Geral de Justiça, através da unidade gestora – 070101, executou 98,6% do orçamento autorizado.

8. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Transparência da Gestão Fiscal, foram elaborados e publicados na imprensa oficial os Relatórios de Gestão Fiscal dos três quadrimestres de 2015, bem como disponibilizadas no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link www.mpma.mp.br/index.php/principal-transparencia/menu-portal-transparencia-apresentacao, para acesso de qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento às exigências das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, no que se refere à Procuradoria-Geral de Justiça, baseado nas demonstrações contábeis, relatórios constantes na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, notadamente no que diz respeito à realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, foi possível observar que:

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

1. As disponibilidades de caixa foram devidamente depositadas em rede bancária oficial, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal;
2. As alterações no orçamento observaram as disposições do MCASP e dos artigos 40 a 46 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, bem como do art. 39, § 1º, inciso II, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 10.132, de 04 de agosto de 2014.
3. Conforme Nota Explicativa do Balanço Orçamentário, apresentada no item 2.05.00, o resultado orçamentário sinalizou um déficit na execução do orçamento em R\$ 14.652.017,20. Tal resultado é decorrente de despesas empenhadas e não liquidadas no exercício de 2015 na ordem de R\$ 17.259.928,63 que foram legalmente arroladas em restos a pagar não processados.
4. Foram registrados na conta “Diversos Responsáveis” os responsáveis por recursos de adiantamento que não prestaram contas ou que as apresentaram com pendências não sanadas até 31.12.2015, tendo sido todos notificados a procederem com a devida regularização das contas. Os responsáveis foram atualizados para a data deste relatório de controle interno.
5. A Procuradoria-Geral de Justiça, através da unidade gestora – 070101, executou 98,6% do orçamento autorizado;
6. Foi cumprido o limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, “b” e art. 59, §1º, II da Lei Complementar nº 101/2000, vez que os percentuais da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, foram de 1,88%, 1,85% e 1,84%, conforme Relatórios de Gestão Fiscal apresentados no item 2.35.00 da prestação de contas;
7. Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, foram elaborados e publicados na imprensa oficial os Relatórios de Gestão Fiscal dos três quadrimestres de 2015, bem como disponibilizadas no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link www.mpma.mp.br/index.php/principal-transparencia/menu-portal-transparencia-apresentacao para acesso de qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2015

despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

São Luís, 01 de abril de 2016.

JADIEL FERNANDES FRANÇA

Assessor-Chefe de Controle Interno